



Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	12

Relatório do auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 109 |
12º andar | Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo - SP | 04571-010 | Brasil

T +55 11 3586-5100

Aos Quotistas e Administradores da
Viação Santa Brígida Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Viação Santa Brígida Ltda. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Viação Santa Brígida Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 29 de março de 2018, continha parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2019


Edmilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0


Viação Santa Brígida Ltda.

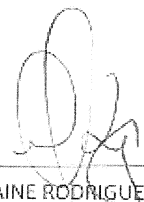
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	758	634
Aplicações financeiras	3	15.664	3.379
Contas a receber	4	19.370	28.811
Estoques	5	4.714	4.617
Impostos a recuperar	6	807	1.315
Outras contas a receber	-	3.947	1.032
Total do ativo circulante		45.258	37.848
Ativo não circulante			
Depósitos e cauções	7	18.775	16.532
		18.775	16.532
Investimentos	8	4.492	4.287
Imobilizado	9	184.923	89.984
Intangível	-	163	277
Total do ativo não circulante		208.353	111.080
Total do ativo		253.611	148.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


JULIO LUIZ MARQUES
Administrador


GISLAINE RODRIGUES BORGES
Gerente Controladoria
Contadora - CRC 1SP219229/O-3

Viação Santa Brígida Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado.)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	39.919	16.106
Fornecedores	11	12.189	3.298
Obrigações trabalhistas e sociais	12	33.798	31.051
Obrigações tributárias	13	1.568	1.340
Partes relacionadas	14	-	10.634
Outras contas a pagar	-	4.240	3.466
Total do passivo circulante		91.714	65.895
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	92.562	16.459
Passivos contingentes	15	2.534	2.635
Outras contas a pagar	-	36	205
Total do passivo não circulante		95.134	19.299
Patrimônio líquido			
Capital social	16	52.000	34.000
Reservas		13.763	29.734
Total do patrimônio líquido		65.763	63.734
Total do passivo e patrimônio líquido		253.611	148.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JULIO LUIZ MARQUES

Administrador

GISLAINE RODRIGUES BORGES

Gerente Controladoria

Contadora - CRC 1SP219229/O-3

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	17	425.165	432.735
Custo dos serviços prestados	18	(383.429)	(348.469)
Lucro bruto		41.736	84.266
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(34.445)	(32.803)
Outras (despesas) operacionais líquidas	-	1.664	(214)
Resultado de equivalência patrimonial	8	205	393
Lucro operacional e antes do resultado financeiro		8.159	21.637
Resultado financeiro líquido	20	(5.954)	(2.767)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		2.205	18.870
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	21	(972)	(5.964)
Lucro líquido do exercício		<u>2.233</u>	<u>12.906</u>
Lucro líquido por quota - em reais		<u>0,04</u>	<u>0,36</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JULIO LUIZ MARQUES
Administrador

GISLAINE RODRIGUES BORGES
Gerente Controladoria
Contadora - CRC 15P219229/O-3

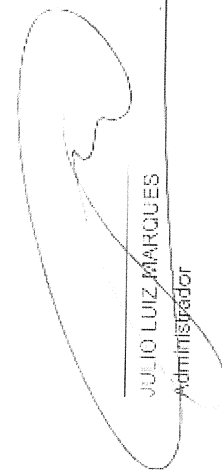
Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando se tratar de outro forma informado)

	Capital social (Nota 16.a)	AFAC	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva de lucros (Nota 16.b)		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	34.000	5.000	117	18.701	-	55.838
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(5.000)	-	-	2.836	12.836
Lucros a destinar	-	-	-	2.836	(12.836)	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	34.000	-	117	28.617	-	62.734
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	18.000	-	-	(18.000)	2.233	2.233
Lucros distribuídos	-	-	-	(204)	-	(204)
Lucros a destinar	-	-	-	2.233	(2.233)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.000	-	117	10.646	-	62.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


JULIO LUIZ MARQUES
 Administrador


GISLANE RODRIGUES BORGUIS
 Gerente Controladoria

Contratada - PRC 15P219229/O-3

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017


(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	2.233	12.636
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.233</u>	<u>12.636</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



JULIO LUIZ MARQUES
Administrador



GISLAINE RODRIGUES BORGES
Gerente Controladoria
Contadora - CRC 15P219229/O-3

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhões de reais - exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.225	12.838
Ajustes para reconciliar o lucro do período com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	19.658	16.139
Provisão para contingência	(101)	(287)
Perda estimada com cartas a receber	11	142
Resultado da avaliação de investimentos	(205)	(545)
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Cartas a receber	7.402	(582)
Estoque	(97)	(223)
Impostos a recuperar	108	869
Dúvidas cartas a receber	(2.912)	(714)
Ativos judiciais	(2.243)	(1.776)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Provedores	1.461	111
Obrigações trabalhistas e sociais	2.747	(235)
Obrigações tributárias	226	14.837
Outras contas a pagar	607	819
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.652	21.726
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições financeiras	(12.265)	(2.119)
Caixa de acionamento para futuro aumento de capital		(5.000)
Aquisição de bens de ativo imobilizado e de bens de ativo intangível	(114.881)	(16.319)
Receita de imobilizado e intangível	488	18
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(126.663)	(23.320)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	120.284	12.436
Pagamento de empréstimos - principal e juros	(18.061)	(13.210)
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados e não pagos	583	
Receitas com obrigações	(10.034)	41.10
Distribuição de lucros	(204)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	92.078	1.565
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	62	221
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	394	479
No fim do exercício	756	699
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	62	221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JULIO LUIZ MARQUES
Administrador

OSLAINE RODRIGUES BORGES
Gerente Controladoria
Controladora - CRC 1SP/019229/0-8

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Viação Santa Brígida Ltda. ("Sociedade") constituída em 26 de julho de 1966, tem por objetivo a exploração de serviços de transportes coletivos de passageiros, operando no Município de São Paulo conforme contrato de concessão celebrado com a Secretaria Municipal de Transportes, órgão da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita decorre da exploração destes serviços, que é auferida através de remuneração atribuída pela São Paulo Transportes S.A. – SP TRANS.

2. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

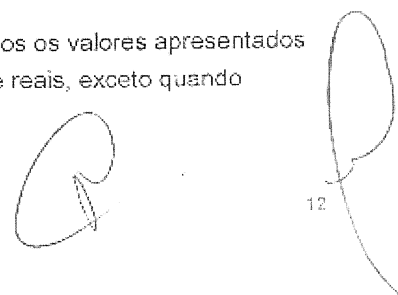
As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Sociedade) foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Sociedade em 10 de abril de 2019.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, das provisões para passivos contingentes e trabalhistas, do reconhecimento de perdas para créditos de liquidação duvidosa e das determinações para tributos incidentes sobre o resultado e outras similares. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação à essas estimativas.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos imobilizado e intangível são revistos ao final de cada exercício para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil deve ser reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida imediatamente no resultado do exercício, com possível reversão no futuro, se julgado aplicável.

Na expectativa de continuidade operacional a Administração analisou a probabilidade de indicação de perda ou redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, concluindo que não caberia qualquer ajuste de redução em 31 de dezembro de 2018.

2.2.3. Caixa e equivalente de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



2.2.4. Instrumentos financeiros

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos e passivos financeiros como de custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes, fornecedores e empréstimos e financiamentos

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização ou liquidação, estando, quando aplicável, destacados na correspondente nota explicativa os rendimentos ou encargos financeiros auferidos ou incidentes, os quais refletem as condições usuais de mercado.

(b) Considerações sobre riscos

Risco de crédito

É avaliado como baixo em face da particularidade da operação (transporte de passageiro). As demonstrações contábeis, quando aplicável, contemplam eventuais perdas esperadas na recuperação de recebíveis.

(c) Derivativos

A Sociedade celebrou um contrato de swap de fluxo de caixa no exercício de 2018, nas condições normais de mercado, os detalhes desta operação estão divulgados na Nota Explicativa nº 10 item a).

2.2.5. Contas a receber

São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal e deduzidas da perda esperada com base em análise dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Não há ajuste a valor presente do saldo do contas a receber devido ao curto prazo de realização.

2.2.6. Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado; o reconhecimento de perda para estoques obsoletos é efetuado sempre que identificado.

2.2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações (em base *pró-rata dia*).

2.2.9. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo seu valor nominal acrescidos de juros, calculado "*pro-rata dia*" até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante.

2.2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.11. Passivos contingentes

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Sociedade.

2.2.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

2.2.13. Tributação

Impostos sobre prestação de serviços

As receitas de venda e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição previdenciária sobre a receita bruta – 2%.

As receitas de serviços prestados estão apresentadas líquidos destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

2.2.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Sociedade verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros e não financeiros.

Passivos contingentes

A Sociedade reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a Sociedade está sujeita.

2.2.15. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes principais novas normas foram emitidas, mas ainda não estão em vigor, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações, se aplicáveis, quando se tornarem efetivas.

- **IFRS 16/CPC 06 (R2) – "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Sociedade estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	675	684
Bancos	81	13
Total de caixa e equivalentes de caixa	756	694
Aplicações financeiras	15.664	3.379
Total de aplicações financeiras	15.664	3.379

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

4. Contas a receber de clientes

	2018	2017
São Paulo Transporte S.A.	18.903	26.945
Clientes diversos	248	174
Outros	381	435
(-) Perda esperada com contas a receber	(142)	(143)
Total	19.370	26.811

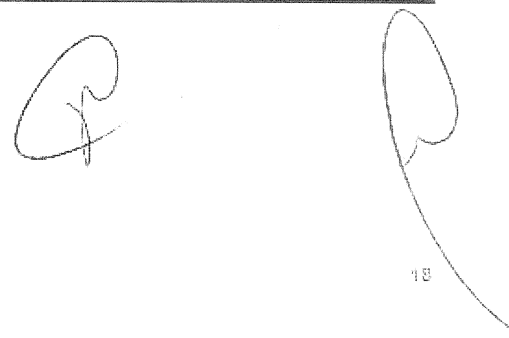
Os valores a receber do São Paulo Transporte S.A. refere-se aos serviços de transporte coletivo de passageiros, reconhecidos pelo valor individual das bilhetagens incorridas. O saldo de R\$ 18.903 não possui créditos vencidos em 31 de dezembro de 2018.

5. Estoques

	2018	2017
Combustíveis	644	723
Pecas, componentes e acessórios	2.297	2.507
Pneus	308	325
Uniformes	321	194
Recondicionados	436	467
Estoque em poder de terceiro	207	183
Outros	303	218
Total	4.714	4.617

6. Impostos a recuperar

	2018	2017
IRRF	48	9
IRPJ	588	988
CSLL	175	284
INSS	15	13
Total	807	1.315



7. Depósitos e cauções

	2018	2017
Depósitos trabalhistas	5.410	5.207
Depósitos processos fiscais	12.832	10.767
Outros	533	558
Total	18.775	16.532

8. Investimentos

O saldo de investimentos está assim apresentado:

	% de participação	2018	2017
Coligadas diretas - Investimentos			
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	35,80%	4.491	4.285
Sul Real XXVII Participações Ltda.	50%	1	2
Total		4.492	4.287

A Sociedade não controla as investidas.

As movimentações para o período findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Primebus	Sul Real XXVII	Total investimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.285	2	4.287
Resultado de equivalência patrimonial	206	(1)	205
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.491	1	4.492

As informações acerca das investidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como seguem:

Investidas	País	Participação	2018		
			Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízos)
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	Brasil	35,80%	12.544	240	558
Sul Real XXVII Participações Ltda.	Brasil	50%	2	-	(2)

Investidas	País	Participação	2017		
			Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízos)
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	Brasil	35,80%	11.986	347	547
Sul Real XXVII Participações Ltda.	Brasil	50%	4	-	(5)

Operele lui G.

[illegible]

10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos (% a.a.)	2018	2017
Capital de giro (a)	Taxa fixa + CDI	35.417	-
Finame (b)	TJLP + Taxa fixa	98.064	32.565
Total empréstimos e financiamentos		133.481	32.565

Circulante	39.919	16.106
Não circulante	93.562	16.459
Total empréstimos e financiamentos	133.481	32.565

(a) Capital de giro

		2018	2017
Banco Safra	9,80% a.a.	6.197	-
Banco Bradesco S/A	10,03% a.a.	11.396	-
Banco Itaú - Swap (i)	1,48% a.a. + 100% do CDI	23.091	-
(-) Encargos financeiros	-	(5.267)	-
Total capital de giro		35.417	-

- (i) A Sociedade celebrou contrato junto ao Banco Itaú S.A. para operação de troca de resultado financeiro (Swap de fluxo de caixa), decorrente da aplicação de taxas índices, moedas estrangeiras e/ou preços sobre valores a serem definidos pelas Partes (Banco Itaú S.A. ou Sociedade). A Sociedade obriga-se pela diferença entre a parcela de juros e parcela de principal, caso estas sejam superiores às respectivas parcelas de juros e principal do Banco Itaú S.A. nas respectivas datas de pagamentos.

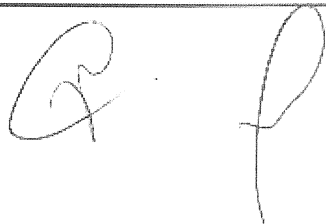
(b) Finame

	2018	2017
Banco Itaú	-	36
Banco Safra	33.830	2.834
Banco Mercedes Benz	3.540	10.995
Banco Volvo Brasil S/A	60.177	19.346
Banco Santander	9.844	-
Financeira Alfa S/A	773	1.546
(-) Encargos financeiros - FINAME	(10.100)	(2.192)
Total finame	98.064	32.565

Os empréstimos e financiamentos estão representados por linhas de crédito obtidas através do FINAME, para aquisição de veículos para a frota operacional, a taxas usuais de mercado e atualizados pela taxa TJLP.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.565
Captação	120.284
Pagamento - principal	(14.673)
Pagamento - juros	(5.278)
Encargos financeiros	585
Saldo em 31 de dezembro de 2018	133.481



O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Ano de vencimento

2020	23.022
2021	20.858
2022	5.997
2023	4.032
Acima de 2024	29.655
Total empréstimos e financiamento passivo não circulante	93.562

11. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores de combustíveis, peças para manutenção, carrocerias e chassis	12.189	3.296
Total	12.189	3.296

São representados por fornecedores de combustíveis, peças para manutenção, carrocerias e chassis. O aumento relevante na rubrica de fornecedores no exercício de 2018, ocorreu pela aquisição de carrocerias e chassis, devido a renovação de parte da frota de ônibus.

12. Obrigações trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários a pagar	5.587	5.838
Pensões alimentícias a pagar	224	193
INSS a recolher	2.939	2.571
FGTS a recolher	1.884	1.689
Provisão de férias e encargos sociais	22.002	20.595
Outros	262	255
Total	33.798	31.051

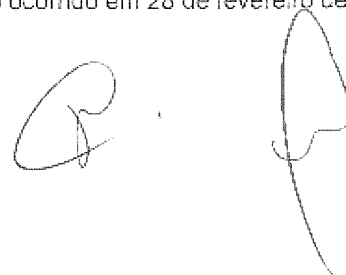
13. Obrigações tributárias

	2018	2017
PIS a recolher	1	0
Cofins a recolher	7	1
CPRB a recolher	695	806
IRRF a recolher	964	690
Impostos retidos de terceiros a recolher	11	44
Total	1.568	1.340

14. Partes relacionadas

Mútuos a pagar	2018	2017
Sul Real XXVIII Participações Ltda.	-	10.634
Total partes relacionadas	-	10.634

O contrato de mútuo a pagar foi firmado entre a Sociedade e a Sul Real XXVIII Participações Ltda. em 19 de dezembro de 2017, com cronograma de pagamento em 10 parcelas fixas acrescidas pela taxa do CDI, sendo o primeiro pagamento ocorrido em 28 de fevereiro de 2018.



Remuneração do pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços está representada por honorários que atingiram R\$ 1.069 de 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.144 em 31 de dezembro de 2017).

Transações com partes relacionadas – compartilhamento de despesas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as transações com partes relacionadas referiram-se a compartilhamento de custos e despesas administrativas pagas à Nossa Senhora do Ó S.A. ("CENSO") no montante de R\$ 6.373 (R\$ 5.550 em 31 de dezembro de 2017).

15. Passivos contingentes

A Administração da Sociedade baseada na avaliação de seus assessores jurídicos, provisionou os processos classificados como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2018 conforme segue:

Provisão para contingências	2018	2017
Trabalhistas	2.473	1.904
Cível	62	731
Total	2.535	2.635

Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 4.124 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.338 em 31 de dezembro de 2017).

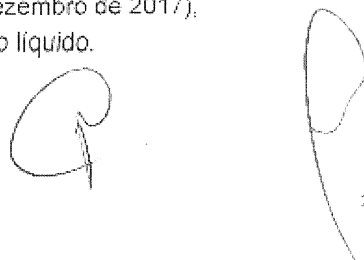
16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Conforme a 19ª alteração do contrato social ocorrida em 05 de junho de 2018, os sócios cotistas aprovaram o aumento do capital com reservas de lucros na proporção de R\$ 18.000 (dezoito milhões de reais), mediante a emissão de 18.000.000 (dezoito milhões) de novas cotas a serem distribuídas aos sócios cotistas na proporção das participações já existentes. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social está representado por 52.000.000 (cinquenta e dois milhões) quotas subscritas e integralizadas, ao valor unitário de R\$ 1,00 totalizando R\$ 52.000 (cinquenta e dois milhões de reais).

b) Reserva de lucros a destinar

A Administração da Sociedade propôs a constituição da reserva de lucros a destinar mediante a destinação integral do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 31.646 (R\$ 29.617 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.



17. Receita líquida

	2018	2017
Receita bruta		
Prestação de serviços públicos	433.842	410.953
	433.842	410.953
Impostos e contribuições sobre receitas		
Contribuição previdenciária (sobre receita bruta)	(8.677)	(8.228)
	(8.677)	(8.228)
Receita líquida	425.165	402.725

18. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Custo com pessoal		
Combustível/lubrificantes	(248.126)	(224.531)
Material	(82.773)	(74.307)
Serviços	(23.432)	(25.686)
Legalizações - veículos	(1.387)	(4.246)
Aluguéis	(1.315)	(875)
Manutenção de bens e instalações	(102)	(59)
Concessionárias	(1.974)	(1.586)
Depreciação/amortização	(1.367)	(1.215)
Serviços profissionais	(10.637)	(15.356)
Outros custos	(177)	(159)
Total	(383.429)	(348.469)

19. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Custo com pessoal		
Despesas com veículos	(15.178)	(14.333)
Material	(347)	(373)
Serviços	0	(2)
Legalização de veículos	-	(7)
Aluguéis	(47)	(27)
Manutenção de bens e instalações	(3.202)	(8.071)
Concessionárias	(316)	(243)
Depreciação/amortização	(404)	(433)
Serviços profissionais	(713)	(781)
Compartilhamento de despesas - CENSO	(1.957)	(1.569)
Outras despesas	(637)	(550)
Total	(34.446)	(32.808)

20. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Receitas financeiras		
Juros e dividendos	147	16
Juros sobre aplicações financeiras	1.030	278
Descontos obtidos	76	170
Outras receitas financeiras	-	50
Total das receitas financeiras	1.253	454
Despesas financeiras		
Juros passivos sobre empréstimos e financiamentos	(6.360)	(721)
Descontos concedidos	(4)	(4)
Despesas bancárias	(657)	(426)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(158)	(323)
Outras despesas financeiras	-	(1.747)
Total das despesas financeiras	(7.207)	(3.221)
Resultado financeiro líquido	(5.954)	(2.767)

21. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.205	18.830
Adições (Exclusões)	561	1.218
Lucro tributável	3.766	20.048
Imposto de renda	(565)	(3.007)
Adicional de 10%	(310)	(1.836)
Contribuição social	(339)	(1.804)
Outras	242	653
Imposto de renda e contribuição social correntes	(972)	(5.994)

22. Cobertura de seguros

A Sociedade não possui cobertura de seguros, em virtude de não considerar aplicável em sua atividade operacional, para cobrir eventuais perdas no seu ativo imobilizado.

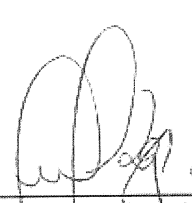
Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros.

23. Eventos subsequentes

Em 17 de janeiro de 2019, o contrato de número 004/19 – SMT.GAB (Processo nº 6020.2018/0006189-2) foi celebrado entre a Sociedade e Prefeitura do Município de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Transportes (SMT) ("Poder Concedente"), com o objeto da delegação, em caráter emergencial, da prestação de serviços de transportes coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo na área 1 de operação. O referido contrato tem o prazo de 180 dias, contatos a partir de 18 de janeiro de 2019, e expirar-se-á em 17 de julho de 2019.

Em 05 de abril de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União a concessão à Sociedade dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Local de Articulação Regional – Processo nº 6020.2018/0003186-1 – Lote AR1 e Grupo Estrutural Processo nº 6020.2018.0003183-3 – Lote E1.


JULIO LUIZ MARQUES
Administrador


GISLAINE RODRIGUES BORGES
Gerente Controladoria
Contadora - CRC 1SP219229/O-3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
35200772952	81.274.809/0001-04
NOME EMPRESARIAL	
VIACAO SANTA BRIGIDA LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2018 a 31/12/2018
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
G-Diário Geral	122
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
C2.6A.1D.DF.1E.A9.51.97.0A.25.B9.57.09.B5.AD.3F.E7.20.3D.4F	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	18913972991	GISLAINE RODRIGUES BORCES:18913972881	852455161662700627 7	05/02/2019 a 05/02/2022	Não
Administrador	99399571815	JULIO LUIZ MARQUES:99399571815	796879991420124264 2	11/09/2017 a 10/09/2020	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

C2.6A.1D.DF.1E.A9.51.97.0A.25.B9.57.
09.B5.AD.3F.E7.20.3D.4F-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/05/2019 às 17:01:43

44.92.4B.C5.1E.31.FC.1B
9D.5F.B0.BA.DE.13.FB.3F

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014

VIAÇÃO SANTA BRÍGIDA LTDA.

ÍNDICES FINANCEIROS em 31/12/2018

ILC	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – 0,70				
	Ativo Circulante	:	R\$ 45.258.000,00		
	Passivo Circulante		R\$ 91.714.000,00	=	0,49
ILG	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – 0,70				
	Ativo Circulante	+	R\$ 45.258.000,00		
	Realizável Longo Prazo	+	R\$ 23.267.000,00		
	soma		R\$ 68.525.000,00	1	
	Passivo Circulante	+	R\$ 91.714.000,00		
	Exigível Longo Prazo	+	R\$ 39.919.000,00		
	soma		R\$ 131.633.000,00	2	
		:	<u>R\$ 68.525.000,00</u>	1	= 0,52
			<u>R\$ 131.633.000,00</u>	2	
ILS	ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA – 0,56				
	Ativo Circulante	-	R\$ 45.258.000,00		
	Estoques	-	R\$ 4.714.000,00		
	Despesas Pagas Antecipadamente	-	R\$ -		
		:	R\$ 40.544.000,00		
	Passivo Circulante		R\$ 91.714.000,00	=	0,44
QS	QUOCIENTE DE SOLVÊNCIA – 1,40				
	Ativo Total		R\$ 253.611.000,00	1	
	Passivo Total	-	R\$ 253.611.000,00		
	Patrimônio Líquido	-	R\$ 62.763.000,00		
		=	R\$ 190.848.000,00	2	
		:	<u>R\$ 253.611.000,00</u>	1	= 1,33
			<u>R\$ 190.848.000,00</u>	2	
GCT	GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS – 0,70				
	Patrimônio Líquido		R\$ 62.763.000,00	1	
	Passivo Total	-	R\$ 253.611.000,00		
	Patrimônio Líquido	-	R\$ 62.763.000,00		
		=	R\$ 190.848.000,00	2	
		:	<u>R\$ 62.763.000,00</u>	1	= 0,33
			<u>R\$ 190.848.000,00</u>	2	